



miguilim

VOLUME 13, NÚMERO 2 | MAIO-AGO 2024

DAS VÍTIMAS E DOS ALGOZES: A POLIFONIA EM K.: RELATO DE UMA BUSCA, DE B. KUCINSKI



OF VICTIMS AND EXECUTIONERS: POLYPHONY IN K.: RELATO DE UMA BUSCA, BY B. KUCINSKI

Gustavo Luis de OLIVEIRA
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas
Gerais, Brasil

Bruna Fontes FERRAZ
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas
Gerais, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORIA
RECEBIDO EM 22/01/2024 • APROVADO EM 04/08/2024
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v13i2.1487>

Resumo

O romance *K.: relato de uma busca*, do jornalista e escritor B. Kucinski, publicado pela primeira vez em 2011, narra a infindável procura de um pai, o personagem K., por sua filha que “foi desaparecida” durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Temática tão árdua não poderia ser narrada por apenas uma voz do discurso nem apresentada em um único gênero textual, mas, sim, por meio de uma manifestação com diferentes vozes,

como exemplificam os enunciadores dos capítulos “Paixão, Compaixão”, “Os desamparados” e “A cadela”: o primeiro é narrado por uma advogada que lida com a rejeição da família por ter se envolvido com um algoz para salvar o irmão; o segundo, por um pai que narra acerca da perda do filho, também um desaparecido político; e, por fim, o terceiro é narrado por um algoz do regime militar que, após o sequestro de A. e de seu marido, fica encarregado de cuidar de Baleia, a cadela do casal. Diante do exposto, objetiva-se analisar a obra de Kucinski (2016), mais especificamente os capítulos mencionados, ancorados no conceito de “polifonia”, de Bakhtin (2010), a fim de compreender a forma pela qual as diferentes vozes permeiam a narrativa, ora relacionadas às vítimas, ora relacionadas aos algozes.

Abstract

The novel *K: relato de uma busca*, by journalist and writer B. Kucinski, published by the first time in 2011, recounts the endless search by a father, the character K., for his daughter who “disappeared” during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). Such an arduous subject could not be narrated by just one voice of discourse or presented in a single textual genre, but rather through a manifestation with different voices of discourse, as exemplified by the enunciators of the chapters “Paixão, Compaixão”, “Os desamparados” and “A cadela”, the first of which is narrated by a sister who deals with being disowned by her family because she got involved with an executioner to save her brother, the second by a father who tells of the loss of his son and, finally, the third is narrated by an executioner of the military regime who, after kidnapping A. and her husband, is in charge of looking after her. and her husband is in charge of looking after Baleia, the couple’s dog. In view of the above, the aim is to analyse Kucinski’s (2016) work, anchored in Bakhtin’s (2010) concept of “polyphony”, in order to understand the way in which the different voices permeate the narrative, sometimes related to the victims and sometimes related to the executioners who appear in the novel.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Polifonia. Vítimas e algozes. Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Keywords: Polyphony. Victims and executioners. Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985).

Texto integral

Introdução

Publicado primeiramente pela editora Expressão Popular, em 2011, *K: relato de uma busca* é o primeiro livro de “ficção” de B. Kucinski, jornalista e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP). Nessa obra, acompanha-se, sobretudo, a busca de K., o pai, por sua filha, A., que “foi desaparecida”¹ durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Uma

¹ A expressão “foi desaparecido” aparece inicialmente no capítulo “Sorvedouro de pessoas”, quando um senhor, na reunião convocada pelo arcebispo com familiares de desaparecidos políticos, fala sobre seus dois filhos que “foram desaparecidos”. Essa construção sintática indica a intervenção de

história similar à narrada no livro ocorreu anos antes, no seio da família Kucinski, devido ao “desaparecimento”, em 1974, de Ana Rosai, irmã do autor e, à época, professora do Instituto de Química da USP e participante da Ação Libertadora Nacional (ALN)². Em razão do desaparecimento de Ana Rosa, seu pai, Meir Kucinski (1904-1976), um imigrante judeu polonês imigrado no Brasil em 1935, buscou em diversas instâncias pela filha desaparecida, tornando-se símbolo da luta dos familiares dos desaparecidos políticos.

A ênfase biográfica e ancorada no real em *K: relato de uma busca* justifica, assim, a advertência que B. Kucinski faz ao leitor antes de iniciar seu texto: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.” (Kucinski, 2016, p. 11). Essa advertência é um meio de explicar que, embora os eventos abordados na obra perpassem pela seara da ficção, também advêm de outro lugar, isto é, do real vivido, de uma experiência que atingiu a própria família do autor. Além disso, a obra escrita por Kucinski utiliza da ficção para elaborar o luto, que, consideramos, ainda permanece, já que, após o “desaparecimento” da irmã, cujo corpo nunca fora encontrado, o processo de luto não chegou a ser plenamente concluído. Assim, valendo-se da linguagem e da ficção, o autor elabora o real como forma de lidar tanto com suas memórias familiares quanto com a história – ainda não cicatrizada – da ditadura civil-militar brasileira.

No entanto, para dar corpo a um vazio opressor, B. Kucinski opta por um certo distanciamento, evitando a escrita em primeira pessoa. A exemplo disso, podemos citar o modo como converte os familiares Meir e Ana Rosa em sujeitos de ficção, referenciados, na obra, pelas iniciais K.³ e A. Isto é, embora o livro de Kucinski represente uma dolorosa história familiar, há também um certo distanciamento entre aquilo que aconteceu e aquilo que é contato no texto, ratificando a advertência de Kucinski logo no início da leitura.

A referência histórica é costurada, assim, a episódios ficcionais; afinal, para preencher tantas lacunas decorrentes do esquecimento imposto pelo estado ditatorial brasileiro, cabe ao autor recorrer à sua imaginação, embora, para isso, Kucinski não se distancie jamais da verossimilhança. Por isso, faz uso de vários narradores, explorados em diferentes capítulos, alguns destes podem ser comparados a contos, dado a sua autonomia e independência em relação ao enredo. “Paixão, compaixão” e “A cadela”, por exemplo, são narrados, respectivamente, por uma vítima e por um algoz do regime militar. Embora a obra de Kucinski possua como eixo narrativo central – mesmo sem certa linearidade – a busca de K. pela filha que “foi desaparecida”, outras vozes discursivas também são incorporadas à narrativa, tornando-a polifônica, conforme acepção denominada pelo filósofo e crítico literário Mikhail Bakhtin (2010).

alguém para que essas pessoas desaparecessem e, no caso de A. e de outros desaparecidos, o agente interventor foi o Estado brasileiro ancorado em uma ditadura militar.

² A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização de esquerda formada em fins de 1966 com intuito de enfrentar a ditadura civil-militar brasileira.

³ Este personagem possui uma relação de intertextualidade com Josef K., ou simplesmente K, de *O processo* (2005), de Franz Kafka, pois, assim como o K. de Kucinski, está sempre questionando o motivo de ter sido detido, embora nunca encontre uma resposta ou resolução para o seu caso. O absurdo vivido pelo personagem de Kafka ultrapassa as páginas da ficção, encontrando similaridade com o contexto brasileiro.

Diante do exposto, este artigo objetiva utilizar do conceito de “polifonia” (Bakhtin, 2010), aplicando-o à obra de Kucinski, a fim de compreender como as diferentes vozes discursivas permeiam o romance. O trabalho será dividido em duas partes: (i) análise do conceito de polifonia de Bakhtin (2010) aplicado à obra *K.: relato de uma busca*; e (ii) análise de capítulos com as vozes discursivas das vítimas e dos algozes, que aparecem na obra de B. Kucinski.

O relato de uma pseudotestemunha e a polifonia em K.

O romance de Kucinski (2016) possui duas epígrafes, uma do escritor moçambicano Mia Couto e outra do brasileiro Guimarães Rosa. Esta última foi extraída do romance *Grande Sertão: Veredas* (2019) e diz o seguinte: “Conto ao senhor é o que sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba” (Rosa *apud* Kucinski, 2016, p. 7). Sintomática, essa citação evidencia que aquilo que o enunciador irá dizer é um ponto de vista parcial, afinal ele pretende narrar algo de sua experiência, que pode ter vivido, mas, também, contará ao enunciatário aquilo que não sabe precisamente se sabe. Isto é, esse narrador, embora possua o desejo de contar sobre algo, um possível testemunho, direto ou indireto, narrará a partir daquilo que sabe, simbolizando e preenchendo as lacunas do real com aquilo que não sabe.

Admitir que não conhece tudo sobre o que irá testemunhar é um ato de coragem e que revela os abusos das próprias instâncias de poder na perpetuação das memórias e dos esquecimentos de uma história coletiva. Ao apagamento dos rastros dos militares, durante a ditadura, se impõe a necessidade de rememorar, de testemunhar, porém sempre por vias aproximativas. Kucinski, ao abordar sobre uma história ocorrida em seu seio familiar, coloca-se como uma pseudotestemunha ao dar ênfase à história da busca do pai pela filha, ficcionalizados como K. e A. Se as verdadeiras testemunhas, tal como considera Agamben, não sobreviveram ao evento catastrófico do qual foram vítimas, B. Kucinski, como sobrevivente, se assemelharia ao que o filósofo italiano chama de pseudotestemunha:

[...] As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-los. São os que “tocaram o fundo”, os muçulmanos, os submersos. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta [...] Quem assume para si o ônus de testemunhar por eles, sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar [...] (2008, p. 43).

Para narrar a história da irmã, Kucinski o faz como uma pseudotestemunha, isto é, como uma testemunha indireta. Ana Rosa seria a “testemunha integral”, mas não sobreviveu à ditadura militar e, portanto, não deixou *a posteriori* o seu testemunho acerca do que ocorrera consigo. Kucinski (2016) encarrega-se da tarefa de perpetuar tanto a história da irmã quanto a do pai, história essa que também é comum a outras famílias, as quais tiveram familiares desaparecidos durante o período ditatorial.

Como é comum nas narrativas testemunhais brasileiras, a ficção e a expressão neorrealista são convocadas para representar os traumas advindos do período ditatorial. Afinal, diante da falta de arquivos desse período histórico, os escritores não têm outra alternativa, senão ficcionalizar em alguma medida. Segundo Figueiredo,

A ficção não é sinônimo de fantasia e de imaginação: trata-se, antes, de uma estratégia ordenadora da linguagem a fim de criar uma narrativa legível, compreensível [...] A ficção é parte intrínseca do ato de narrar, mas a fantasia só surge nas narrativas de valor testemunhal para exprimir as incongruências e as ironias do comportamento autoritário [...] Diferentemente do arquivista e do historiador, o escritor de literatura, ao se debruçar sobre a memória e o arquivo, cria narrativas a fim de dar um testemunho pessoal da história. Ao escrever para um público mais amplo, o autor encontra no leitor um elemento ativo na transmissão da memória para que não se apague aquilo que afetou a vida das pessoas. (2017, p. 45-46).

A produção literária brasileira que rememora, no sentido de testemunhar, a ditadura militar utiliza da ficção para preencher as lacunas do real, para simbolizar aquilo que punge e fere aqueles que viveram o período ditatorial. Ao simbolizar o real, os autores dão um testemunho sobre o vivido, tal como B. Kucinski, que utiliza de sua posição enquanto uma pseudotestemunha para abordar a história do pai e da irmã.

Se a ditadura legou ao Brasil o esquecimento, sobretudo por causa da Lei da Anistia e, conseqüentemente, da falta de arquivos do regime, que seriam úteis para saber o paradeiro das pessoas que “foram desaparecidas”, o autor recorreu a diferentes meios de trabalho para lidar com as provas e com suas ausências. A literatura sobre a ditadura, portanto, cumpre dois papéis principais: ora como suplemento de arquivos, ora como transmissão da memória familiar e nacional.

Por isso outros relatos são descritos no romance de Kucinski, por meio de múltiplos pontos de vista, como forma de se lidar com a herança do esquecimento. Assim, para dar luz ao seu testemunho, Kucinski utiliza diferentes vozes do discurso para construir a história, por meio da “polifonia”, conceito do filósofo russo Bakhtin (2010): “[...] Trata-se, antes de mais nada, da liberdade e independência que [os personagens] [...] assumem na própria estrutura do romance em relação ao autor, ou melhor, em relação às definições comuns exteriorizantes e conclusivas do autor [...]” (Bakhtin, 2010, p. 26).

Na obra de Kucinski (2016), em vez de acompanharmos apenas um único ponto de vista e uma única voz, que, fatalmente, seriam insuficientes no registro de uma pseudotestemunha, dado a sua limitação da própria experiência do evento traumático, encontramos um romance polifônico. Diferentes vozes e pontos de vista perpassam os vinte e nove capítulos da obra, com certa independência e liberdade, contornando a ausência de arquivo do nosso passado, o esquecimento forçado e a manipulação da memória.

O fio narrativo de *K.: relato de uma busca* é narrado por um narrador heterodiegético, ou seja, um narrador que não participa dos acontecimentos e que sabe tudo sobre as personagens (cf. Santos; Oliveira, 2001, p. 5). Porém, as histórias que entrecruzam esse núcleo narrativo — a história do pai em busca de sua filha desaparecida — são plurais e apresentam diferentes pontos de vista: acompanha-se, por exemplo, o relato de um pai cujo filho “foi desaparecido” no capítulo intitulado “Os desamparados”; o relato de uma advogada que foi marginalizada pela família por ter se envolvido com um agente repressor do governo em “Paixão, Compaixão”; e a voz agressiva que aparece no capítulo “A cadela” de um agente da ditadura que participou do rapto de A. e de seu marido. Ou seja, em *K.: relato de uma busca*, além de um narrador heterodiegético centrado na narrativa de K. e de sua busca árdua pela filha, há outras vozes que são convocadas no livro, tanto de vítimas quanto de algozes.

A exemplo disso, em um dos capítulos narrados por um dos algozes, denominado de “A abertura”, acompanha-se a perspectiva de um narrador-personagem, aquele que relata as experiências a partir do seu próprio olhar (cf. Santos; Oliveira, 2016, p. 7), chamado Fleury⁴. Nesse capítulo, o narrador, mais do que um algoz, é, também, um inquisidor da “guerra psicológica adversa”. Nessa modalidade de guerra, “[...] confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional [...]” (Kucinski, 2016, p. 64). Isso significa que essa “guerra” é um *modus operandi* utilizado pelos algozes do regime para confundir os familiares das vítimas do regime que “foram desaparecidas” com notícias falsas, perpetuando, de certa forma, o luto dos familiares.

Assim, no capítulo mencionado, o agente repressor Fleury oferece a oportunidade a um prisioneiro, chamado Fogaça, ser solto, mas, para que isso acontecesse, ele teria de ligar para o pai de A., informar o seu nome e dizer que tinha sido solto do DOPS⁵, e que havia visto a filha dele por lá. Sua missão final seria convencê-lo a ir à rodoviária ao lado do DOPS (cf. Kucinski, 2016, p. 66). K., assim como previsto pelo narrador-personagem, compareceu na rodoviária, mesmo que as chances de as notícias divulgadas por Fogaça serem verdadeiras fossem diminutas. Após o encontro do pai da desaparecida com Fogaça, Fleury professa:

[...] Ele veio porque tinha que vir. Ele tinha que vir, entendeu? Mineirinho, aí é que está o truque, a psicologia. Ele tinha que vir, mesmo não acreditando. E sabe por quê? Porque se ele está correndo atrás desses figurões, mesmo depois desse tempo todo, é porque não quer aceitar que a filha já era. Se recusa. Daí se agarra em qualquer coisa, mesmo sabendo que é armação. Não pode deixar de ir, de tentar [...] (Kucinski, 2016, p. 67).

⁴ Esse narrador-personagem, provavelmente, foi baseado em Sérgio Fleury, agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), acusado de torturar presos políticos durante interrogatórios e de assassinar presos políticos.

⁵ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 1924 e usado também na era varguista e na ditadura civil-militar brasileira, tinha como principal objetivo a repressão de movimentos contra o governo vigente. Durante a ditadura, o órgão foi responsável pelo sequestro, tortura, mortes e “desaparecimentos” dos opositores do regime.

Esse pai que está em busca da filha desaparecida, embora sem esperanças de que fosse encontrá-la, não desiste de procurá-la e de ir ao encontro com o falso informante, uma vez que, mesmo que desconfiasse da armação, aquilo poderia adicionar alguma peça ao quebra-cabeça do que havia acontecido com a filha. Assim como professa o narrador-personagem do capítulo, o Fleury, da maquinaria por detrás da “guerra psicológica adversa”, cujo objetivo é fazer com que os familiares continuem a seguir informações incorretas, para torturá-los psicologicamente, e, por fim, liquidá-los.

Se o capítulo “A abertura” pode chocar o leitor ao apresentar o ponto de vista feroz e violento do algoz, essa polifonia é um dos recursos que garante a verossimilhança da obra, pois representar todos os agentes envolvidos no período ditatorial brasileiro seria uma forma de aproximar-se do real. Além do ponto de vista dos algozes, aqueles que defendem o sistema e perpetuam a violência, há, ainda, na obra de Kucinski, a perspectiva dos familiares dos desaparecidos políticos, também vítimas das ações cometidas pelos agentes da ditadura, haja vista que os familiares das vítimas convivem com a incerteza em relação à morte de seu familiar e com as informações falsas geradas pelos órgãos oficiais e pelos seus inquisidores.

Conforme Seligmann-Silva (2008), “[...] a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade [...]” (Seligmann-Silva, 2008, p. 67. Grifo do autor). Assim, *K.: relato de uma busca* (2016), além de uma forma de narrar um relato familiar, uma memória individual, é também uma representação das diferentes vozes do discurso, dos diferentes indivíduos que permeiam esse momento histórico. A polifonia é, assim, uma forma de desvendar “[...] o multifacetado da existência e a complexidade dos sofrimentos humanos [...]” (Bakhtin, 2010, p. 59).

Retomando a citação extraída de *Grande Sertão: Veredas* (2019), de Guimarães Rosa, explicar aquilo que sabe (e aquilo que não sabe que sabe) é, pois, o paradigma no qual Kucinski encontra-se. Este, como uma pseudotestemunha, utiliza sua posição de sobrevivente para legar aos leitores a história do desaparecimento de sua irmã. No entanto, assim como outras obras brasileiras que lidam com espectros da memória e do testemunho sobre a ditadura civil-militar, apropria-se da ficção para preencher as lacunas do real e, assim, conseguir expressar a história. É, por conseguinte, nesse contexto, que o autor utiliza de diferentes vozes polifônicas, a fim de construir uma narrativa que, para além de estar no reduto de sua família, também tem a difícil missão de dar voz a outras vozes sociais da ditadura: outras vítimas e os algozes da repressão.

Das vítimas e dos algozes

O livro *K.: relato de uma busca* (2016), de B. Kucinski, aparenta ser uma narrativa fragmentária e sem uma linearidade. No entanto, podemos dividir os vinte e nove capítulos que compõem a obra em duas linhas de narrativas, conforme Silveira (2022): (i) aqueles capítulos que acompanham o personagem K. em busca da filha que “foi desaparecida”, com um narrador heterodiegético, como exemplificam os capítulos “Sorvedouro de pessoas” e “O abandono da literatura”; e

(ii) aqueles capítulos com vozes polifônicas e múltiplas, tais como a de algozes e vítimas da ditadura militar, que, embora possuam um enredo próprio, também possuem vestígios da narrativa principal.

Sobre essa última linha narrativa, consoante a Silveira, “O narrador em terceira pessoa, nos quatorze capítulos restantes que fecham o conjunto do romance, dá pausas na trajetória e no passado de K. para focalizar outros personagens ou para ceder sua voz às figuras mais variadas [...]” (2022, p. 82). Na estrutura do livro de Kucinski (2016), além de nos depararmos com capítulos que lidam com a busca incessante do pai, para reaver ou ter notícia da filha, nos minutos de pausa do enredo principal, outras vozes entram em cena.

É a essas outras vozes, do segundo eixo narrativo, que nos debruçaremos nesta seção: em “Paixão, compaixão”, conhecemos a história de uma advogada que é rejeitada pela família após se envolver com um dos algozes da ditadura militar, com quem se relacionara, inicialmente, para obter notícias do irmão; já em “Os desamparados”, acompanhamos um pai desolado pela falta do filho, também um desaparecido político, que era a principal fonte de sustento da família; e, por fim, em “A cadela”, encontramos o ponto de vista de um algoz que, após sequestrar A. e seu marido, fica a cargo de cuidar da cadela do casal, Baleia.

Diferentes são as vozes que enunciam, com independência, os capítulos supracitados do livro de Kucinski, entre essas vozes polifônicas, se destacam aquelas relacionadas às outras vítimas da ditadura civil-militar brasileira e, também, as dos algozes do regime – torturadores e outros agentes da repressão. Nos capítulos selecionados, os narradores-personagens representam as diferentes posições de pessoas que ocupam um mesmo enredo e, de uma certa forma, também o mesmo contexto histórico.

“Paixão, Compaixão” é um desses capítulos que, diferente daqueles que acompanham a busca de K., tem por enredo o diálogo entre uma advogada e uma familiar de um filho desaparecido. Durante essa conversa entre as personagens, da qual apenas a voz da advogada é ouvida, uma mãe vai ao consultório da advogada em busca de informações sobre o filho desaparecido. Mas, além de dizer o que sabe sobre o fado do filho da senhora, a interação entre elas também possui uma outra ação: a advogada confessa sua própria história amorosa com um carrasco do sistema, assim como mostra o seguinte excerto:

No começo foi medo. Muito medo. Medo de ele [o militar com quem se relaciona] machucar meu irmão; minha família; medo de ele me machucar. Hoje é paixão, pode acreditar, paixão pura, paixão louca. Dos dois, minha e dele. E paixão não se julga, paixão acontece. Nem a senhora veio aqui para me julgar, não é mesmo? (Kucinski, 2016, p. 95).

Em um tom confessional, a advogada começa a revelar os caminhos que percorreu para poder salvar seu irmão, o Zinho. Entretanto, para poder salvá-lo, envolvera-se com alguém do sistema, alguém que fazia parte da repressão, isto é, um algoz. Embora, inicialmente, tivesse medo do que poderia acontecer tanto com ela quanto com sua família, insistiu nisso, a fim de que o irmão fosse salvo. Esse envolvimento resulta em um relacionamento romântico.

Zinho, irmão da advogada, estava envolvido em um movimento antiditadura, o que, provavelmente, o encrencou com as pessoas do exílio. Ao assumir para si a responsabilidade de ajudá-lo, já que precisava de um passaporte para o irmão, a narradora-personagem chegou a pontos extremos, tal como recorrer a um algoz para ajudá-la – mesmo que estivesse com medo dele. O que era para ser apenas um envolvimento casual, uma troca de favores, de certa forma, transformou-se em paixão.

Durante o diálogo, a advogada diz: “Mas o que importa é que virou paixão. E aí não interessa se o cara é bandido, se é casado ou solteiro, ou o que seja [...]” (Kucinski, 2016, p. 96). Embora soubesse dos perigos envolvidos e dos riscos que corria, a advogada envolveu-se com o militar para ajudar o irmão que estava encrencado. Entretanto, dessa relação nasceu uma paixão avassaladora, que traria a ela consequências, tal como o afastamento das pessoas, incluindo Zinho, por saberem desse relacionamento.

Essa narradora-personagem considerava o irmão como seu próprio filho, nutrindo, portanto, um laço maternal para com ele. Afinal, foi após o nascimento do caçula, diante de uma depressão pós-parto da mãe, que a filha precisou assumir os cuidados do menino; por isso a advogada afirma ter sido uma verdadeira mãe (Kucinski, 2016, p. 99), conforme confidencia:

[...] Não, eu não tenho filhos, mas sei o que a senhora sente porque o Zinho para mim é mais do que irmão. Foi por isso que eu arrisquei tudo por ele [...] Eu fui a mãe dele, a verdadeira mãe, a vida toda. E pensar que hoje nem fala comigo. Me rejeita como se eu fosse uma leprosa [...] Ele e os outros. Só minha mãe fala comigo. As mães sabem, as mães não são como as outras pessoas. Minha mãe sabe que eu trouxe o Zinho de volta, que eu salvei o Zinho de ser morto, não podendo escapar lá onde estava porque não tinha passaporte. Dizer que por causa dele eu mudei minha vida e hoje ele me renega. (Kucinski, 2016, p. 99).

Nota-se um laço maternal, que liga a narradora-personagem ao irmão, disposta a fazer de tudo para salvá-lo, incluindo manter relações íntimas com um algoz em troca de um passaporte para Zinho. Quando o relacionamento é descoberto, a personagem passa a ser ignorada tanto pelos familiares quanto pelos amigos, em especial, por Zinho – o filho que adotara sentimentalmente. Ela tenta justificar suas atitudes em nome do amor que sente pelo irmão e pelo carrasco, no entanto percebe-se maldita quando o algoz com quem se relaciona comemora a prisão dos dominicanos⁶: “[...] Pensei muito durante a manhã toda. Mas eu não tinha nem com quem falar. Até meus irmãos me abandonaram. Foi quando me dei conta de que tinha virado um bicho solitário, um bicho como ele, uma mulher maldita [...]” (Kucinski, 2016, p. 101).

Esse capítulo abre vias para uma reflexão interessante: a da relação entre a maternidade e a ditadura, já que a “mãe” faz de tudo pelo paradeiro e

⁶ Os dominicanos, representantes da Ordem dos Pregadores fundada por São Domingos de Gusmão durante os primeiros anos de ditadura, desempenharam papel relevante na resistência à ditadura civil militar brasileira, prestando apoio à Aliança Libertadora Nacional (ALN). Diante de suas movimentações políticas, os frades foram perseguidos, presos, torturados e exilados.

sobrevivência do filho, até mesmo ficar com um algoz e, no caso da interlocutora da advogada, procurar uma outra mãe (de baixa reputação) em busca de notícias. Isto é, embora todos rejeitassem a advogada, por causa do seu relacionamento com o algoz, aquelas que não o faziam eram justamente outras mães, como a sua própria mãe – que diz que ela trouxe e salvou o Zinho de ser morto (cf. Kucinski, 2016, p. 99) – e, também, aquela que está em busca de informações do filho que “foi desaparecido” durante a ditadura militar.

A advogada confessa, por conseguinte, às outras pessoas que vêm em seu escritório em busca de informações dos familiares, sua narrativa pessoal como forma de também ela expurgar suas emoções, ao mesmo tempo que lastima a própria vida que estava levando. Assim, após dar a notícia que o filho da outra mãe não estava vivo, também relata sobre o porquê de ajudar outras vítimas: “[...] Eu também preciso de vocês, para compensar isso tudo, essa meleca toda em que fui me meter. É por isso que a senhora não precisa me agradecer. Eu é que agradeço.” (Kucinski, 2016, p. 105).

A paixão é, portanto, explorada, nesse capítulo, de diferentes formas: ao mesmo tempo que há uma paixão da advogada pelo irmão, o qual considera como filho, e pelo algoz da ditadura militar, por quem se apaixonara, há também uma compaixão pelas famílias dos desaparecidos políticos, por isso “confessa-se” com as outras mães que procuram por seus filhos, almejando a redenção.

É por meio dessa voz discursiva que se evidencia a luta dos familiares em reaver seus entes desaparecidos. Embora, por um lado, a narradora desse capítulo seja renegada pela sua família, por outro, ela foi a responsável por salvar o seu irmão da ditadura, tendo ajudado ainda outras pessoas na busca pelos que “foram desaparecidos”. É nesta relação paradoxal que se inserem as vítimas da ditadura brasileira: realizam diversas ações para reaver seus familiares, mesmo que sejam consideradas negativas.

O texto de Kucinski (2016), ao dar voz a diferentes personagens do contexto da ditadura, pode servir também como uma forma de simbolização do luto. Diante da ausência de um corpo, diante das lacunas da História, há a linguagem como mecanismo de superação ou, pelo menos, de sobrevivência.

Em busca de sobrevivência, além de K., no capítulo “Os desamparados”, aparece outra figura paterna, que lamenta o desaparecimento do filho. Em diálogo, o narrador-personagem afirma:

[...] O certo, quando chega o peso dos anos, é o filho cuidar do pai e da mãe até o último sono e enterrar; os filhos dos filhos repetem, e assim sempre. Agora não sei o que vai ser; o senhor ainda tem sua lojinha, sua filha falava dela, mas nós, o que temos? A aposentadoria da patroa é quantia pouca [...] (Kucinski, 2016, p. 79).

O narrador-personagem foi aposentado, após um acidente em serviço e, assim, recebia apenas uma pequena quantia de auxílio-invalidez (cf. Kucinski, 2016, p. 79). Destarte, a ajuda monetária do filho tornava-se necessária à família, uma vez que, assim como o personagem diz, a aposentadoria da esposa era pouca e a prestação da casa na qual moravam era paga pelo filho. O seu “desaparecimento”,

além de interromper o ciclo natural da vida, de os filhos enterrarem os pais (e não o contrário), deixa a família desamparada, sem meios de subsistência.

O filho do narrador de “Os desamparados” foi o primeiro da família a concluir o ensino superior, cultivando o gosto pelos livros, além do interesse pela política – interesses despertados por influência do tio Rubens, irmão de sua mãe. Ao longo da vida, o filho do narrador envolveu-se com política, sobretudo após a renúncia de Jânio Quadros e o golpe militar, por isso fora alertado pelo tio Rubens sobre o que poderia acontecer com ele e sua namorada (cf. Kucinski, 2016, p. 81) – tal como, de fato, acontecera.

Ainda que os envolvidos, a testemunha e o narratário ou o filho e a namorada, não sejam nomeados no capítulo “Os desamparados”, há alguns indícios de que se trata de um diálogo entre os pais de A. e o do marido dela. A exemplo disso, veja-se no seguinte excerto:

[...] Também não namorava, até o dia que veio aqui com a sua filha, só de lembrar me dá um arrepio; veio e apresentou, sem jeito, ela tão educada, encantou até os vizinhos, era um alegramento. Saíam por aí, iam tomar sorvete na praça, iam para quermesse, a festa de São Gonçalo milagreiro, de São João, não era só ele, a família toda ela acarinhava, digo de verdade e do coração; se quiser eu paro [...] a verdade é essa, não tinha quem não gostasse dela... Se o senhor quiser eu paro de contar... falavam de tudo, até de mim, da minha aspirina que eu tomo três vezes por dia; sua filha dizia que se não tinha dor não era para tomar, ela entendia, bacharel e tudo, mas da aspirina eu entendo mais [...] (Kucinski, 2016, p. 81-82).

A filha de K., A., era militante de um movimento que lutava contra a ditadura militar brasileira e, por esse motivo, “foi desaparecida” pelos algozes do governo. No entanto, o pai não sabia que a filha se envolvia nessas atividades e, também, que havia se casado (o fizera sem comunicar à família). K., ao longo dos capítulos, é envolto pela culpa, como relata, em especial, no capítulo “Sorvedouro de pessoas”, quando observa que, caso não tivesse sido tão devoto à língua iídiche e às sessões literárias, poderia ter desconfiado que havia algo de estranho acontecendo com a filha (cf. Kucinski, 2016, p. 19).

Outro motivo pelo qual K. se culpava era por causa do matrimônio da filha, narrado no capítulo “O matrimônio clandestino”, já que a família do marido de A. tinha sido informada e havia, inclusive, participado da cerimônia, enquanto a família Kucinski nada sabia. Outra referência que indica que a esposa do filho do narrador de “Os desamparados” era A. seria o comentário sobre a aspirina: o narrador relata as advertências da nora, por ser bacharel, com relação ao uso do medicamento, e a filha de K. era professora de Química da USP. Todas essas pistas indicam que o narrador-personagem desse capítulo está conversando com o pai de A., isto é, com K., que sente culpa pelo desaparecimento da filha.

A polifonia na obra de Kucinski (2016) é marcada ainda pela difícil tarefa de dar também visibilidade aos algozes da ditadura militar. “A cadela” é um capítulo contido no livro no qual um outro narrador é alçado ao sol; todavia, este possui

uma voz agressiva, e o texto narrado é um expurgo de sua raiva diante de uma situação: a presença da cadela Baleia⁷ após o rapto de seus donos.

Embora não seja explícito, no início do capítulo, o algoz, enquanto inicia sua fala contra a cadela, também descreve a cena de um sequestro de um casal, que, ao que leva a crer, refere-se a A. e seu companheiro:

O que fazer com a cadela? Com o casal deu tudo certo, do jeito que o chefe gosta, sem deixar rastro, sem testemunha, nada, serviço limpo, nem na casa entramos, para não correr risco com vizinhos, casa muito colada nas outras; pegamos os dois no beco, de surpresa; uma sorte, aquela saída lateral do parque, meio escondida, quando os dois se deram conta, já estavam dentro do carro e de saco na cabeça, só a cadela latiu, mas já era tarde. Agora essa maldita cadela [...] não para de incomodar. Não tínhamos pensado na cadela [...] (Kucinski, 2016, p. 60).

O casal foi sequestrado em uma emboscada planejada pelos militares – e o narrador-personagem participara de modo ativo dessa ação –, em um beco na saída lateral do parque por onde passeava; porém, esqueceram-se de um ser que também se encontrava com eles, a Baleia. Agora, a cadela tornou-se responsável dos algozes, os mesmos que sequestraram os seus donos. Baleia, ao ficar sob a responsabilidade dos carrascos, mesmo que não fosse um ser humano, agia como se soubesse de tudo o que havia acontecido. Segundo o algoz, “[...] Mas não adianta chamar pelo nome, a cachorra não reage [...] já são seis dias, não come e nem morre, fica ali, aplastada [...] se a gente chega perto, rosna [...] como se estivesse acusando [...]” (Kucinski, 2016, p. 61). Embora Baleia não tivesse a mesma consciência do algoz, agia, segundo ele, como se todo o fado ocorrido com seus donos fosse de seu conhecimento.

Esse relato, expresso de forma rancorosa, é narrado com foco autodiegético, isto é, “[...] relata as suas próprias experiências como personagem central da história [...]” (Santos; Oliveira, 2001, p. 7). Assim como ocorre em *Dom Casmurro* (2019), de Machado de Assis, no qual o ponto de vista de Capitu não foi apresentado na narrativa, o ponto de vista da cadela também não foi explorado por Kucinski – em razão de ela ter uma consciência diferente da dos humanos (ainda que o ponto de vista de Baleia tenha sido apresentado em *Vidas Secas* (2011), de Graciliano Ramos). Dessa forma, as ações que, segundo o algoz, a cadela assumia podem não ter ocorrido exatamente como foram contadas por ele, mas representam uma interpretação simbolizada do carrasco, que vivencia uma espécie de “tortura mental” em decorrência das ações de Baleia, revelando, talvez, sentimento de culpa ou arrependimento do que fizera durante a ditadura militar.

Quando o algoz do regime militar pergunta ao chefe se poderia sacrificar a cadela, recebe um esporro dele, uma vez que “[...] quem maltrata cachorro é desumano e covarde [...]”, mas, o algoz quase o retruca, questionando: “[...] e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe, que já estão presos e ainda esquarteja, some com os pedaços, não deixa nada, é o quê? [...]” (Kucinski, 2016, p.

⁷ A cadela de A. e seu companheiro, Baleia, teve o nome escolhido, assim como A. revela no capítulo “Cartas à destinatária inexistente”, em homenagem ao escritor Graciliano Ramos. Em *Vidas Secas* (2011), uma das personagens do livro, que também é uma cadela, se chama Baleia.

62). O tratamento dado à Baleia pelo seu superior leva o narrador-personagem a refletir sobre um contraponto: ao mesmo tempo que a cadela era cuidada e qualquer ato contra ela seria desumano, aquilo que faziam com outros humanos, considerados terroristas, não era considerado de má índole. Ou seja, a Baleia é humanizada pelo algoz, mas os humanos, irmãos da mesma nação brasileira, por representarem seus inimigos, são desumanizados, logo, poderiam ser torturados e ceifados. É, pois, diante desse paradoxo que podemos sentir a dualidade na qual esses algozes se encontram.

Considerações finais

Kucinski (2016), na tentativa de traduzir em palavras uma história ocorrida em seu círculo familiar, isto é, o desaparecimento de sua irmã Ana Rosa em 1974 e a busca infinita pelo paradeiro orquestrada pelo pai, Meir Kucinski, preenche, de certa forma, os lapsos da nossa História e a amnésia do povo brasileiro em *K.: relato de uma busca*. No entanto, nessa tradução de um testemunho, enquanto uma pseudotestemunha, o autor utiliza da ferramenta “ficção” para preencher as lacunas de um real que, ainda hoje, permanece obscuro diante da falta de arquivos concretos sobre a ditadura civil-militar brasileira.

A escolha de Kucinski (2016) por apresentar diferentes vozes na narração do livro é, pois, um meio de representação das lacunas do real, apresentando diferentes perspectivas sob um mesmo plano, neste caso, as das vítimas e dos algozes. Representar os algozes é, também, tentar entender as razões que levam o ser humano a cometer as mais terríveis atrocidades a um semelhante, alertando, ainda, para a “guerra psicológica adversa” instaurada pelo regime, que provoca naqueles que ficam, isto é, nos familiares dos que “foram desaparecidos”, uma dor extenuante. Em busca de seus familiares, as vítimas percorrem diversos caminhos para obter informações, assim como ocorre em “Paixão, compaixão”, no qual o laço materno é aquele que liga a voz narrativa ao irmão. Ou, assim como é narrado no capítulo “Os desamparados”, os familiares que ficam no limbo após o “desaparecimento” de seus entes queridos, buscando formas de superar o insuperável e sobreviver.

Diante dessa multiplicidade de vozes, a complexa polifonia instaurada em *K.: relato de uma busca* (2016) é uma forma de escancarar os paradoxos que cercam a sociedade brasileira, complexificando o próprio lugar das vítimas e do testemunho do evento traumático, num relato corajoso que não se abstém da difícil missão de exprimir a posição dos algozes.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. A testemunha *In: O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 25-48 (Estado de Sítio).

ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. Brasília: Câmara dos Deputados e Edições Câmara, 2019 (Série Prazer de Ler, 7).

BAKHTIN, Mikhail. O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária *In: Problemas da Poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 17-61.

FIGUEIREDO, Eurídice. A literatura sobre a ditadura: estratégias de escrita *In: A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. *K.: relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Luis Alberto Brandão. OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. Sujeitos ficcionais *In: Sujeito, tempo e espaço ficcionais: introdução à Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1-41 (Texto e Linguagem).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVEIRA, Alexandre. A estrutura de K. *In: A ferida ainda não cicatrizada: memória, trauma e testemunho em K. Relato de uma busca*, de B. Kucinski. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022, p. 77-94.

Para citar este artigo

OLIVEIRA, Gustavo Luis de; FERRAZ, Bruna Fontes. Das vítimas e dos algozes: a polifonia em K.: relato de uma busca, de B. Kucinsky. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 13, n. 2, p. 218-232, maio-ago. 2024.

Autoria

Gustavo Luis de Oliveira é graduando em Letras – Tecnologias de Edição no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Atualmente é bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto “Italo Calvino e o universo extra-humano: o encontro entre literatura e ciência em *As cosmicômicas*”, orientado pela prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina Maia com coorientação da prof.^a Dr.^a Bruna Fontes Ferraz e da mestrandia Mariane de Souza Oliveira. E-mail: 2001gustavo.luis@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8709-6452>.

Bruna Fontes Ferraz é professora do Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), com atuação nos cursos técnicos, na Graduação em Letras - Tecnologias de Edição e na Pós-graduação em Estudos de Linguagem (Posling). Doutora (2018) e Mestre

(2013) em Estudos Literários pela UFMG e graduada em Letras pela UFOP (2010). É autora do livro *Sapore Sapere: por uma poética dos cinco sentidos em Italo Calvino* (Pontes Editores, 2023) e coautora da obra *Leituras transversais: interartes e intermídia* (Editora Mackenzie, 2023). E-mail: bruna.fferraz@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9136-6838>.